

MEMÓRIA

Políticos vigiados

O escândalo da escuta ilegal na Bahia começou a vir à tona no segundo semestre do ano passado com a divulgação, entre jornalistas, de supostas transcrições de conversas do deputado Geddel Vieira Lima (PMDB) com diversos interlocutores.

No início de 2003, a Polícia Federal abriu inquérito para investigar o caso, que também é alvo de sindicância por parte da Secretaria de Segurança Pública da Bahia. Até agora, já se sabe que

foram feitos 232 pedidos de grampo em 126 telefones, entre outubro de 2001 e setembro de 2002.

Os primeiros gramos foram autorizados pela Justiça de Itapetinga, no interior da Bahia, a pedido da polícia local, que investigava uma quadrilha de seqüestradores. Na primeira fase, 86 suspeitos tiveram seu sigilo telefônico quebrado. O pedido para a escuta foi enviado à Secretaria de Segurança, que, na época, era chefiada pela delegada Kátia Alves, ligada ao senador Antonio Carlos Magalhães.

Meses depois, embora parte dos seqüestradores já estivesse presa, o chefe da Polícia Civil

baiana, delegado Valdir Barbosa, pediu a inclusão de novos nomes, ainda a pretexto de investigar outros suspeitos de envolvimento com a quadrilha. Na nova lista constavam, entre outros, os nomes do ex-deputado Benito Gama — adversário de ACM — e da advogada Adriana Barreto, que se diz ex-namorada do senador pefeita.

Esta segunda lista foi adulterada, com a inclusão, à mão, dos nomes de Geddel e do líder do PT na Câmara, Nelson Pelegrino, ambos adversários de Antonio Carlos. Geddel, em depoimento à PF, em 5 de fevereiro, acusa o senador pelo grampo.